



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

15 de agosto de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	15 / 08 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

Ex-vereador de Bom Jardim é preso a pedido do Ministério Público

Com base em pedido feito pela Promotoria de Justiça de Bom Jardim, em 7 de agosto, a Justiça determinou na terça-feira, 13, a prisão preventiva do vereador Antônio Gomes da Silva, mais conhecido como Antônio Cezarino. O mandado foi cumprido ainda na terça-feira. À esposa de Antônio Cezarino, a ex-presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim Ana Lídia Sousa Costa, conhecida como Ana Cezarino, foram aplicadas outras medidas cautelares: monitoração eletrônica, proibição de se ausentar do município de Bom Jardim sem prévia autorização judicial e obrigação de comparecer em juízo mensalmente para informar e justificar atividades. Ana Cezarino também está proibida de manter contato "com todas as testemunhas e indiciados ou acusados dos procedimentos investigativos ou processos criminais relacionados aos fatos objetos da Ação Penal" que motivou a decisão. O Ministério Público constatou



DIVULGAÇÃO

Antônio Cezarino foi preso por, supostamente, tentar atrapalhar processo no qual é acusado de desviar R\$ 100 mil da Câmara Municipal

que os demandados estão tentando atrapalhar processo em que são acusados de desviar R\$ 100 mil da Câmara Municipal em dezembro de 2014.

ENTENDA O CASO

No dia 3 de julho, o Juízo de Bom Jardim determinou que Antônio Cezarino cumprisse diversas medidas cautelares para não atrapalhar o andamento do processo em que o casal foi denunciado pelo desvio

de recursos do Legislativo Municipal em 2014. Entre as medidas impostas, está a proibição de ter contato com testemunhas.

Após saber das determinações, Antônio Cezarino associou-se criminosamente com sua esposa, Ana Lídia, com o vereador Sinego, com seu motorista Márcio Almeida e com seu amigo Márcio Abdon. O grupo saiu em busca de pessoas para assinarem documentos

ideologicamente falsos, nos quais constavam que esses indivíduos teriam recebido valores em dezembro de 2014, época do saque da conta da Câmara de Vereadores.

Os contatos teriam sido feitos pessoalmente, por meio de terceiros e de redes sociais. Depois de tomar conhecimento dos fatos, a Promotoria de Justiça de Bom Jardim ouviu diversas pessoas, que confirmaram que os réus passaram a procurar ex-servidores da Câmara, pedindo que eles assinassem documentos e recibos referentes a pagamento de salários de dezembro de 2014. O Ministério Público concluiu que a associação criminosa tem aliciado testemunhas e fabricado documentos ideologicamente falsos, com o nítido intuito de atrapalhar os processos criminais em que são demandados.

"Os réus têm utilizado suas funções públicas para obterem informações restritas e exercerem poder intimidatório sobre as testemunhas", afirmou o promotor Fábio Santos de Oliveira.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Atos, Fatos e Baratos					
DATA	15 / 08 / 2019	PÁG.	2	Gerada	Positiva

Desce

O ex-vereador do município de Bom Jardim, Antônio Gomes da Silva, mais conhecido como Antônio Cezarino, teve a prisão preventiva decretada pela Justiça. Foi constatado que o acusado, em conluio com a esposa, Ana Lídia Sousa Costa, estão tentando atrapalhar processo em que são acusados de desviar R\$ 100 mil da Câmara Municipal.



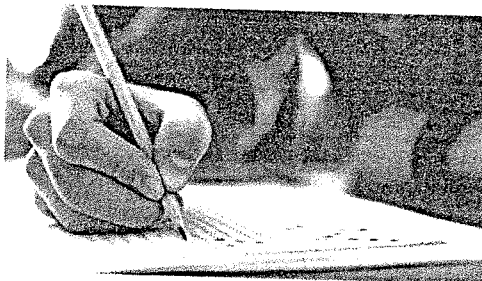
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	15 / 08 / 2019	PÁG.	5	Gerada	Positiva

AÇAILÂNDIA

Concurso é suspenso por irregularidades



A LICITAÇÃO DO CONCURSO APRESENTA IRREGULARIDADES

O Poder Judiciário determinou a suspensão do concurso público da Prefeitura de Açailândia devido a uma série de irregularidades na licitação e no edital do certame.

Em caso de descumprimento, foi fixada multa diária no valor de R\$ 5 mil. A decisão determina que o prefeito seja citado e também o representante legal da Crescer Consultorias LTDA, empresa vencedora da licitação e que seria responsável pela execução do certame.

A decisão do juiz Aureliano Coelho Ferreira atende à Ação Civil Pública ajuizada pela titular da 2ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Açailândia, Glauce Mara Lima Malheiros.

A medida é justificada pela "absoluta incapacidade técnica da referida instituição para a promoção do mencionado certame público", afirmou a promotora de justiça. Anteriormente, o Ministério Público emitiu Recomendação solicitando a anulação do procedimento licitatório e indicou que a modalidade pregão era inadequada e a empresa não teria capacidade técnica. A Prefeitura de Açailândia afirmou que a licitação não seria anulada.

O MPMA juntou aos autos cópia de Notícia de Fato enviada pela Procuradoria Geral do Estado afirmando possível organização criminosa envolvendo a vencedora do pregão na realização de concursos públicos em diversos municípios maranhenses. "Existem, de fato, indícios contundentes de que a empresa Crescer Consultorias LTDA esteja atuando junto a alguns municípios maranhenses, inclusive em conluio com outra empresa do ramo, fraudando procedimentos licitatórios, incluindo cláusulas ou exigências que restringem a competição e direcionando os certames, a fim de que apenas as empresas que compõem o esquema possam se sagrar vencedoras", afirmou Glauce Malheiros.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	15 / 08 / 2019	PÁG.	5	Gerada	Positiva

R\$ 100 MIL

Ex-vereador é preso por esquema fraudulento



CESARINO E ESPOSA SÃO SUSPEITOS DE DESVIAREM R\$ 100 MIL

SAULO DUAILIBE

A Justiça determinou a prisão preventiva do ex-vereador Antônio Gomes da Silva, mais conhecido como "Antônio Cezarino". O mandado foi cumprido na última terça-feira (13), em Bom Jardim.

A prisão de Antônio Cezarino teve como base em pedido feito pela Promotoria de Justiça de Bom Jardim, em 7 de agosto deste ano.

A ex-presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim, Ana Lídia Sousa Costa, conhecida como "Ana Cezarino", que é esposa de Antônio Gomes, recebeu algumas medidas cautelares, como: monitoração eletrônica, proibição de se ausentar do município de Bom Jardim sem prévia autorização judicial e obrigação de comparecer em juízo mensalmente para informar e justificar atividades.

Ana Cezarino também está proibida de manter contato "com todas as testemunhas e indiciados ou acusados dos procedimentos investigativos ou processos criminais relacionados aos fatos objetos da Ação Penal" que motivou a decisão.

Os dois são suspeitos de desviar R\$ 100 mil da Câmara Municipal em dezembro de 2014.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO DO MARANHÃO				
EDITORIA				
Política Estado Maior				
DATA	15 / 08 / 2019	PÁG.	3	



Números alarmantes

Os números sobre a Previdência nos estados divulgados pelo Tesouro Nacional, ontem, são preocupantes. Os dados sobre as finanças dos governos estaduais são alarmantes. E entre estes números o Maranhão - mais uma vez - não aparece em posição cômoda.

Com quase 60% da receita corrente líquida comprometida com folha de pessoal - resultado de uma máquina pesada para ser sustentada -, o Maranhão aparece entre os estados que estão em limite de alerta dentro do que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Com "tanto investimento" no pessoal, falta na outra ponta: a do investimento em áreas importantes como Educação, Saúde, Segurança e Infraestrutura.

E mesmo que o discurso seja de que a crise nacional é a grande vilã e que o Governo Federal precisa trabalhar para tirar o país do "buraco", os governos do Maranhão e os da maioria dos estados precisam fazer o dever de Casa. Devem cortar na própria carne e reduzir o tamanho da máquina.

Uma reforma no sistema previdenciário também fica evidente ser necessária. O Maranhão e outros 11 estados estão com a Previdência claramente comprometida, segundo os dados oficiais.

O momento agora é para esquecer os projetos pessoais e políticos com voos altos e centrar todo esforço para resolver os problemas financeiros de um estado que, em quatro anos, viu os números econômicos e sociais assumirem as piores posições no país.

O Maranhão em nada melhorou quanto a situação fiscal nos últimos 4 anos



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Política

DATA 15 / 08 / 2019

PÁG. 3

MA tem rombo com a Previdência e chega perto do limite da LRF

Relatório do Tesouro Nacional mostra que o Maranhão aparece com 57,32% de despesa com pessoal na relação com a receita corrente líquida; limite é de 60%

RONALDO ROCHA
Da coluna de Política

Dados do Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2018 do Tesouro Nacional mostram que o Maranhão chegou ao limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no gasto com a folha de pessoal e aumentou o déficit previdenciário nos últimos anos.

Logo na primeira página do boletim referente ao tópico "Despesa com Pessoal", o Tesouro Nacional destaca nota técnica, abaixo do gráfico, com referência ao Maranhão e outros estados que "aumentaram massivamente" as despesas com os ativos nos últimos 7 anos.

Gastos com pessoal vêm aumentando no Maranhão

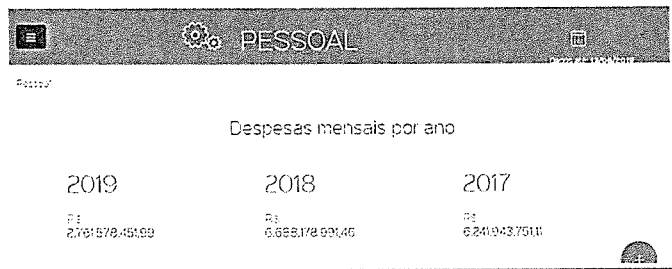
Folha de pessoal deve ser de até 60% da RCL

O quadro mostra crescimento real em todo o Brasil de 31,58% das despesas com pessoal, em média. As despesas apresentadas nessa análise específica são brutas, ou seja, sem as deduções previstas na LRF. Alguns estados, como Rio de Janeiro, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, aumentaram suas despesas massivamente nos últimos anos, aponta o relatório. Quando o relatório aponta a relação entre a despesa com pessoal e a receita corrente líquida dos estados no exercício de 2017, o Maranhão aparece no limite da LRF, que é de 60%. No tópico, o estado está com 57,32%.

Apesar disso, o cenário não só do Maranhão, mas como dos demais estados, pode ser pior, uma vez que há diferença nas metodologias de cálculo da relação da despesa com pes-



INÍCIO SOBRE LEGISLAÇÃO GLOSSÁRIO FAQ TRANSPARÊNCIA 2009-2014



Dados do Portal da Transparência do Governo do Maranhão mostram os gastos com pessoal nos últimos anos

MAIS

Empréstimos aumentaram

O Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2018 do Tesouro Nacional também apresentou um ranking dos estados que mais obtiveram operação de crédito/RCL entre os anos de 2015 a

2017. O Maranhão aparece na 5ª colocação, com uma variação de 12,10%. Dos 10 estados com a maior aquisição de operações de crédito, 7 são da Região Nordeste.

soal em relação com a receita corrente líquida sancionadas pelos respectivos Tribunais de Contas.

O Tesouro Nacional disse que há diversos critérios de apuração da despesa com pessoal. Em alguns estados, por exemplo, não consideram em suas despesas com pessoal algumas rubricas de despesas importantes, como as despesas com pensionistas, imposto de renda devido na fonte e as despesas com obrigações patronais.

Outro dado preocupante no relatório divulgado pelo Tesouro Nacional diz respeito à posição do Maranhão quanto aos "gastos per capita dos estados com pessoal em 2017". No tópico, que traz números sobre a população; Produto Interno Bruto (PIB) e o rendimento domiciliar per capita,

o Maranhão é o último colocado.

No que diz respeito ao PIB per capita estadual, por exemplo, o Maranhão está na 27ª colocação. O gasto com pessoal foi de R\$ 8.545.181.986,01 e o gasto per capita, levando em consideração a população de mais de 7 milhões de pessoas, foi de R\$ 1.220,70.

Previdência

No boletim, o Maranhão também apresentou uma elevação do custo do Regime de Previdência para o Tesouro Nacional de 2015, primeiro ano da gestão Flávio Dino (PCdoB), até 2017.

Em 2015, o custo foi de R\$ 667 milhões; em 2016, de R\$ 763 milhões e em 2017, de R\$ 1.137 bilhões. Variação de 49% nos 3 anos.

Nota técnica do Tesouro explica que os números do PAF mostram uma variação positiva dos aportes para a maioria dos estados, a exemplo do Maranhão. "Tal crescimento é indicio do problema da insustentabilidade dos regimes de previdência estaduais, tendo em vista o consumo cada vez maior de recursos financeiros, que poderiam estar sendo direcionados para atender e ampliar os serviços básicos exigidos pela sociedade", destaca.

O relatório também mostra que o Maranhão tem um déficit total de R\$ 966,25 milhões na Previdência quando há comparação com outras fontes de informação: "Programa de Ajuste Fiscal".

"Relatório Resumido de Execução Orçamentária" e "Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Respostas - DIPR".

Em âmbito nacional, segundo o relatório do Tesouro Nacional, o custo do regime de Previdência para os Tesouros estaduais, de acordo com a metodologia do PAF, chegou a R\$ 101,3 bilhões em 2018, alta de 8% sobre 2017 e R\$ 20,48 bilhões acima dos números apresentados pelos próprios estados em seus Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária. •



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Política					
DATA	15 / 08 / 2019	PÁG.	3		

TCE dá mais 90 dias para explicações sobre acúmulo de cargos públicos

Prefeituras, Câmaras Municipais, Governo do Estado e outros órgãos da administração pública terão mais 90 dias para esclarecimento sobre acúmulo de cargos por servidores públicos do Maranhão

O pleno do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE) decidiu ontem prorrogar por mais 90 dias o prazo para que gestores apresentem esclarecimentos detalhados sobre o acúmulo, ou não, de cargos públicos por parte de servidores públicos.

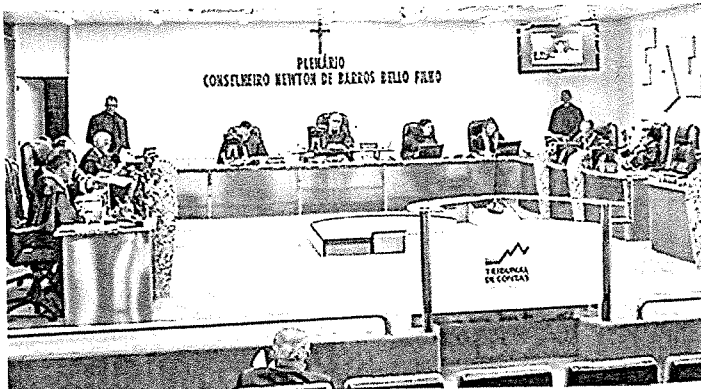
A medida atendeu a uma soli-

Prazo para esclarecimentos iria até ontem

Conselheiros do TCE decidiram aumentar prazo

citação formulada pela Câmara Municipal de São Luís que, por meio de seus vereadores, vinha discutindo o tema para evitar - dentro da legalidade - possíveis prejuízos aos funcionários.

O prazo para apresentação das informações sobre a situação funcional dos servidores iria se encerrar ontem. No entanto, na última terça-feira, 13, os vereadores Pavão Filho (PDT) e Sá Marques (PHS), além da deputada estadual Helena



Na sessão de ontem do TCE, conselheiros decidiram aumentar para três meses o prazo para esclarecimentos

Duailibe (SD) e representantes da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Município de São Luís, se reuniram com o presidente do TCE, conselheiro Nonato Lago, solicitando que o prazo dado pelo órgão de controle fosse renovado.

Solicitações

Segundo Nonato Lago, além dos vereadores e OAB, os presidentes da

Assembleia Legislativa e da Federação dos Municípios Estaduais do Maranhão (Famem) também pediram a prorrogação desse prazo, por entenderem que há diversas situações que precisam de uma análise mais criteriosa sobre a matéria.

Sobre a decisão do tribunal, o vereador Pavão Filho afirmou que um prazo maior vai evitar injustiças com o servidor público.

"Obtivemos uma importante vi-

tória em favor dos servidores públicos. Não defendemos a ilegalidade. O que defendemos é a forma como a lei deve ser aplicada, sem atropelar o direito do trabalhador. A nossa tese é de respeito pelo direito. E isso significa dar um prazo justo para que estes funcionários se manifestem individualmente. Desta forma, tenho certeza, evitaremos injustiças", disse o vereador Pavão Filho. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Capa					
DATA	15 / 08 / 2019	PÁG.	1		

Após intervenção da Câmara

TCE prorroga prazo para gestores darem informações sobre acúmulo de cargos

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão acolheu parecer do conselheiro Edmar Cutrim e prorrogou por mais 90 dias o prazo para que gestores apresentem esclarecimentos detalhados sobre a acumulação, ou não, de cargos públicos por parte de servidores públicos. **PÁG. 2 (C1)**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Atos, Fatos e Baratos

DATA

15 / 08 / 2019

PÁG.

2

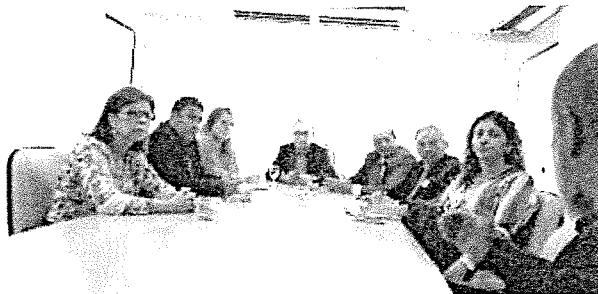
Após intervenção da Câmara, TCE prorroga prazo para gestores apresentarem informações sobre acúmulo de cargos

Os funcionários das Prefeituras, Câmaras Municipais e outros órgãos da administração pública no Maranhão obtiveram uma importante vitória.

O Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) acolheu parecer, de autoria do conselheiro Edmar Cutrim, e prorrogou por mais 90 dias o prazo para que gestores apresentem esclarecimentos detalhados sobre a acumulação, ou não, de cargos públicos por parte de servidores públicos.

“A prorrogação do prazo, como melhor condição a que regularização de acúmulos ilegais porventura existentes, ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais e/ou individuais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos, nos termos do art. 21, parágrafo único da LINDB (Lei nº 13.655/18)”, disse o conselheiro em seu despacho.

A medida atendeu solicitação formulada pela Câmara Municipal de São Luís que, através de seus vereadores, vem discutindo o tema com o objetivo de prezar pela legalidade, mas sem imputar possíveis prejuízos aos funcionários – muito deles com décadas de serviços prestados. O prazo para apresentação das informações sobre a situação funcional dos servidores iria se encerrar nesta quarta-feira (14).



Vereadores reuniram-se com o presidente do TCE na última terça-feira

Ontem, os vereadores Pavão Filho (PDT) e Sá Marques (PHS), além da deputada estadual Helena Duailibe (SD) e representantes da OAB/MA e do Município de São Luís, estiveram reunidos com o presidente do Tribunal, conselheiro Raimundo Nonato Lago, oportunidade na qual foi ratificado o pedido de alongamento do prazo.

O pleito foi uma das deliberações formuladas durante audiência pública realizada na CMSL, na semana passada, e que foi proposta por Pavão Filho, presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa. “Obtivemos uma importante vitória em favor dos servidores públicos. Não defendemos a ilegalidade. O que defendemos é a forma como a Lei deve ser aplicada, sem atropelar o direito do trabalhador. A nossa tese é de respeito pelo direito. E isso significa dar um prazo justo

para que estes funcionários se manifestem individualmente. Desta forma, tenho certeza, evitaremos injustiças”, disse Pavão.

“A dilação [do prazo] beneficia milhares de servidores, que estavam sofrendo com uma espécie de terrorismo e, agora, terão prazo maior para apresentar suas justificativas acerca de possíveis acúmulos funcionais. Trata-se de uma decisão razoável e que leva em consideração a questão social. Afinal, é necessário avaliar caso a caso, para que injustiças não sejam cometidas e pais e mães de família não sejam prejudicados com o desempregado. Agradecemos o presidente Nonato Lago, o conselheiro Edmar Cutrim e aos demais conselheiros que acolheram nossa tese, acerca da questão da intempestividade do prazo”, afirmou Sá Marques.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Cidades			
DATA	15 / 08 / 2019	PÁG.	6

Moradores do Cajueiro se acomodam em auditório de sindicato e recebem doações

Movimentos sociais estão doando alimentos para os moradores alojados no local; Governo do Estado diz que a empresa portuária propôs às famílias o reassentamento em casas no padrão 'Minha Casa Minha Vida'

Moradores do Cajueiro, situado na zona rural de São Luís, estão alojados no auditório do Sindicato dos Bancários do Estado do Maranhão (SEEB-MA), na região central da cidade, após reintegração de posse das terras onde moravam, que ocorreu na segunda-feira, 12, na comunidade, quando casas foram derrubadas. O grupo está recebendo doações de movimentos sociais. O Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís já anunciou que novos imóveis serão construídos para essas pessoas.

O Estado esteve na sede do SEEB-MA e verificou muitos alimentos no local. Segundo o pescador Clóvis Amorim, liderança comunitária do Cajueiro, os moradores ficaram lá por tempo indeterminado, até que a situação seja resolvida pelo Governo do Estado e empresa portuária. "Estamos recebendo doações de movimentos, de pessoas, de sindicatos, que estão dando apoio logístico. Dependendo do desenrolar do caso, a gente pode até ir a Brasília, para levar nossas reclamações ao Congresso", declarou ele.

"Estamos dormindo aqui, no auditório. Sempre tem um grupo aqui. Quando um morador está muito cansado, elevem para cá. Outros vão para casa de parentes", comentou Amorim. Indagado sobre o anúncio da construção de novas casas para os moradores no Cajueiro, pelo Porto São Luís, foi enfático ao dizer que isso não vai resolver os anseios dessa população. "Com essas casas do Minha Casa,



Despejados do Cajueiro estão alojados em sindicato e recebem doações de alimentos de entidades

Minha Vida, o sujeito não vai conseguir provar na perícia da Previdência que é trabalhador rural, porque tem toda uma questão cultural, tradicional, envolvida nessa luta", disse o líder comunitário.

A comunidade pretende ficar no auditório do Sindicato dos Bancários, também, para discutir novas estratégias de luta. Morador há 40 anos do Cajueiro, José de Ribamar pontuou que o grupo não vai encerrar a discussão, enquanto o Governo do Maranhão não se empenhar para que eles não saiam perdendo no impasse. "Enquanto não resolverem o problema, estamos juntos nessa luta. Estamos sofrendo. A gente só quer parar com esse sofrimento", ressaltou.

Casa não foi derrubada
Apesar da reintegração de posse, que

abrangeu 28 habitações, uma das casas não foi derrubada, por pouco. O imóvel pertence a Eucimar Moura Santos, que reside há 35 anos no local. Ele disse que só não teve a residência demolida, porque a Comissão Pastoral da Terra (CPT) acompanhou a atuação da Polícia Militar e dos oficiais de Justiça. "A qualquer momento minha casa pode ser derrubada. No momento, eu estava na luta, no Palácio dos Leões. Eu tive que ir lá para resolver", mencionou o jovem.

O advogado da CPT, Rafael Silva, esclareceu que a casa de Eucimar não foi demolida, após o despacho de um juiz determinando que o imóvel não fazia parte da área de reintegração. "Essa ordem judicial aconteceu às 16h. Os oficiais de Justiça ora falavam que a casa seria derrubada, ora falavam que não seria. Eles não sabiam. O fato

é que essa operação foi totalmente irregular. É necessário que o Governo do Maranhão assumira a responsabilidade, como parte interessada, e que sente, para dialogar com a outra parte afetada", assinalou Silva.

Violência averiguada

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional maranhense (OAB-MA), vai apurar denúncias de violência praticada pelo Governo do Estado contra os moradores do Cajueiro. O ato foi praticado na noite do último dia 12, quando manifestantes foram expulsos da frente do Palácio dos Leões, onde protestavam contra a demolição de casas da comunidade no cumprimento da reintegração de posse.

Naquela ocasião, um grupo de aproximadamente 40 pessoas teria

sido agredido com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, pela Polícia Militar. "Tomaremos medidas urgentes contra essas atitudes do Governo, que classificamos como medidas típicas de ato ditatorial, a exemplo da operação surpresa, coordenada pelo Secretário de Segurança Pública, na madrugada desta segunda-feira, em frente ao Palácio dos Leões, ferindo e ameaçando a população que estava em um ato pacífico, reivindicando seus direitos", disse Rafael Silva, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA.

Além da violência no protesto, a Comissão apura atos truculentos no cumprimento da reintegração, quando 28 casas foram demolidas. "Há vários testemunhos do uso da força durante a desocupação da área que ocorreu sem que a população do Cajueiro fosse informada sobre a data certa para a reintegração", relatou Rafael.

Manifestação nas redes sociais

Em resposta às denúncias de violência praticada pela PM contra os manifestantes, o governador do Maranhão, Hívito Dino (PC do B), disse que houve várias tentativas de mediação com os moradores. "Sobre reintegrações de posse: a polícia militar não pode simplesmente se recusar a cumprir ordem judicial. Houve várias ten-

tativas de mediação, infelizmente frustradas. Não cabe ao governador cassar ou suspender decisão de outro Poder. Já expliquei isso em outros momentos", declarou Dino.

Nota do Governo do Estado

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) informou, em nota, que a decisão judicial de reintegração de posse foi cumprida, na segunda-feira (12), por oficiais do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, com apoio da Polícia Militar, nos estritos termos do mandado judicial.

Em mediação feita pela Comissão Estadual de Prevenção de Conflitos no Campo e na Cidade (COECV), a empresa propôs às famílias o reassentamento em casas no padrão "Minha Casa Minha Vida", aluguel social, cestas básicas, qualificação e emprego para um membro de cada uma das 11 famílias reintegradas. Até o momento, apenas cinco famílias aderiram ao acordo, os demais ainda não manifestaram interesse. No entanto, a empresa TUP Porto São Luís mantém a proposta.

A Sedihpop ressaltou que, na tarde de terça-feira, 13, o secretário Francisco Gonçalves se reuniu com a Defensoria Pública Estadual para tratar das medidas de assistência às famílias. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Política			
DATA	15 / 08 / 2019	PÁG.	3

Câmara repercute caso do Cajueiro

O tema foi abordado pelos vereadores professor Sá Marques (Sem partido), Marcial Lima (PRTB), Umbelino Júnior (Cidadania) e Estevão Aragão (PSDB)

O cumprimento de uma determinação judicial pela reintegração de posse que resultou no despejo de cerca de 30 famílias da Comunidade de Cajueiro, na zona rural da capital maranhense, repercutiu na sessão desta terça-feira (13) da Câmara de São Luís

O tema foi abordado pelos vereadores professor Sá Marques (Sem partido), Marcial Lima (PRTB), Umbelino Júnior (Cidadania) e Estevão Aragão (PSDB) durante pronunciamento na tribuna, com críticas à ação da Polícia Militar no cumprimento da ordem de despejo em nome da construção de um porto privado no local.

O vereador Estevão Aragão, líder da oposição na Casa, foi o primeiro a se manifestar na tribuna sobre o assunto. O parlamentar falava sobre denúncias de corrupção na gestão municipal, quando abordou a situação dos moradores da comunidade que, segundo ele, foi algo estarecedor.

"(...) Quem paga a conta dessa corrupção que ocorre nessa cidade é o povo. Esse dinheiro não vem do céu, quem paga esse custo é o cidadão ludovicense, inclusive, o de Cajueiro", destacou.

Em seguida, foi a vez do vereador professor Sá Marques ocupar a tribuna para destacar que o Governo do Estado usou dois pesos e duas medidas no cumprimento da decisão judicial de reintegração de posse na comunidade.

"O senhor governador [Flávio Dino] declarou nas redes sociais que está cumprindo apenas uma ordem judicial. Isso é verdade!

O governador foi juiz federal e sabe que ordem judicial não se discute, se obedece e cumpre. Se é para cumprir as ordens judiciais por que o governo ainda resiste em cumprir os 21% dos servidores?", questionou o parlamentar.

Já o vereador Umbelino Júnior fez um discurso criticando o uso político da ação de despejo e afirmou que não iria fazer críticas e nem elogios, mas destacou que estaria ao lado das famílias da comunidade que, por algum motivo, tenha tido seus direitos lesados.

"Eu vou fazer críticas e nem elogios. Eu prefiro aguardar o desfecho de um processo que está tramitando. O meu

gabinete estará sempre à disposição das famílias do Cajueiro que, por algum motivo, tenha tido seus direitos feridos", disse.

MANIFESTO E APELO

Na tarde de ontem, o vereador Francisco Carvalho (PSL) lançou um apelo ao governador Flávio Dino, no sentido de que ele reveja a decisão resultante da construção de um porto privado que está sendo construído na localidade Cajueiro, uma vez que os moradores estão sendo expulsos à força, com suas casas destruídas por máquinas pesadas.

"A situação é delicada e dramática. São 100 famílias, das quais 60 já tiveram suas moradias derrubadas. Eles têm a posse definitiva concedida pelo próprio governo do Estado, desde o ano de 1998. Ali é um assentamento e há ainda o problema social. O governo tem que intervir em favor daquela gente", disse o vereador.

No mesmo documento, Chico Carvalho destaca que o Ministério Público Federal, através do procurador da República Alexandre Soares, acionou a Justiça Federal para impedir a construção do porto. Ele diz que mesmo com a licença concedida pela Secretaria de Meio Ambiente, o impacto ambiental com a construção do porto será muito negativo, havendo a possibilidade da retração da produção do pescado na área e de outros danos ao meio ambiente.



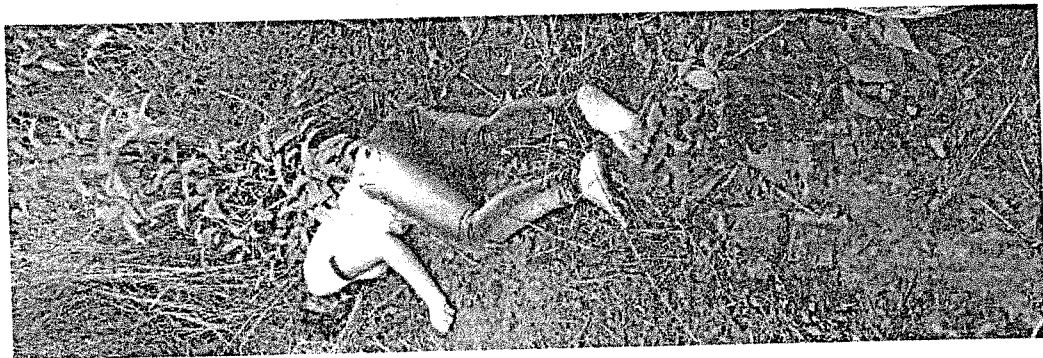
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	15 / 08 / 2019	PÁG.	6		

SÃO JOÃO DO CARU

Ex-candidata a miss é morta brutalmente

A adolescente Andreza Romão, de 17 anos, estava desaparecida desde a última terça-feira e foi encontrada morta com o rosto coberto de fita e perfuração no pescoço



AA DOLESCENTE ANDREZA, DE 17 ANOS, FOI ENCONTRADA COM O ROSTO COBERTO DE FITAS ADESIVAS E PERFURAÇÃO NO PESCOÇO

PATRÍCIA BRENDA

Uma jovem identificada como Andreza Romão, de 17 anos, foi encontrada morta, no início da manhã de ontem, quarta-feira (14), em um matagal no bairro Serrinha, na cidade de São João do Caru, distante cerca de 360 km da capital maranhense. Andreza havia recentemente participado do concurso de beleza Miss Caru.

De acordo com informações, a jovem havia sumido desde a última terça-feira (13). Andreza foi encontrada ontem, quarta-feira, com o rosto coberto de fitas adesivas e uma perfuração no pescoço, provavelmente, feita com uma arma branca.

A polícia esteve no local apurando as informações e continua investigando o caso. Até o momento não há pistas de quem teria praticado o crime.



A prefeitura da cidade emitiu uma nota de pesar sobre o ocorrido e decretou luto oficial de dois dias. Veja a nota na íntegra:

A Prefeitura Municipal de São João do Caru-MA, em nome do Prefeito Francisco Vieira Alves manifesta profundo pesar pelo falecimento da jovem servidora pública Andreza Araújo Ro-

mão. O Prefeito Municipal de São João do Caru, no uso de suas atribuições legais e, considerando a lamentável perda em virtude do falecimento da jovem servidora pública Andreza Araújo Romão e, Considerando que a referida servidora é digna de homenagens como reconhecimento a sua conduta ilibada e aos serviços prestados ao município e, considerando ainda a grande dor que atingiu todos os cidadãos de São João do Caru em virtude do seu falecimento; DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado luto oficial de 2 (dois) dias no Município de São João do Caru pelo falecimento de Andreza Araújo Romão. Art. 2º - Fica decretado ponto facultativo nos dias 14 e 15 de agosto de 2019, em todo serviço público municipal, exceto os serviços essenciais. Art. 3º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação. São João do Caru, 14 de agosto de 2019.



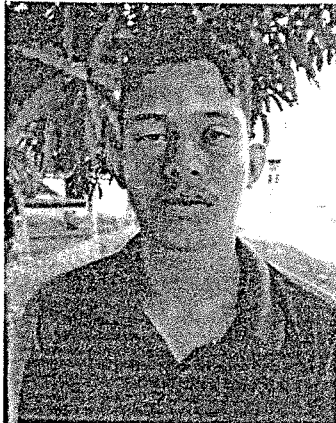
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	15 / 08 / 2019	PÁG.	6

IMPERATRIZ

Ex-marido é suspeito de matar mulher



SAULO DUAILIBE

Mais um feminicídio foi registrado no Maranhão, mais precisamente na cidade de Imperatriz, distante cerca de 650 km da capital maranhense. O crime foi praticado na manhã de ontem, no povoado Lagoa Verde. Tatyana Santana Gomes, de 36 anos, foi morta



TATYANA GOMES FOI ASSASSINADA A TIROS NA MANHÃ DE ONTEM, EM IMPERATRIZ

com disparos de arma de fogo, na Rua da Alegria.

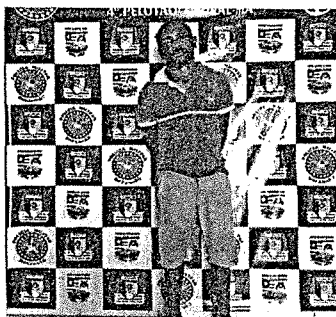
Policiais militares do 14º Batalhão chegaram ao local do assassinato e logo foram informados, por populares, que outra pessoa, identificada como Clebson Alves Leão, também teria sido atingida com um disparo de arma de fogo.

Clebson foi socorrido e encaminhado para o Socorrão Municipal de Imperatriz.

O principal suspeito do feminicídio e da tentativa de homicídio foi identificado apenas como "Antonio", que seria ex-marido de Tatyana. Antônio, dias atrás, teria sido detido por ter ferido golpes de facão na ex-compa-

CEDRAL

Homem tenta roubar e agredir o próprio pai



A Polícia Militar, da cidade de Cedral, interior do Maranhão, prendeu um homem que invadiu a casa do próprio pai, um idoso de 82 anos, para roubar.

Arlisson Santos Costa, mais conhecido como "Cara de Bosta", de 33 anos, entrou na casa do senhor Luís Braga Leite, de 82 anos, localizada na Rua das Flores, no povoado Pericaúá, zona rural de Cedral.

A guarnição da polícia recebeu uma ligação informando que Cara de Bosta entrou na casa do próprio pai,

mas no momento que tentava cometer o crime de roubo se deparou com o pai, e tentou agredi-lo. A vítima gritou, e o suspeito saiu correndo.

Os policiais se deslocaram para o povoado Pericaúá e realizam buscas em vários locais, tendo êxito na localização e prisão de Cara de Bosta.

O suspeito já é velho conhecido da polícia, pois pratica vários arrombamentos, invasão a residência e furtos. O homem foi apresentado na Delegacia de Polícia Civil local para as providências necessárias. (S.D)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	15 / 08 / 2019	PÁG.	12		

Duas mulheres são mortas no interior do Maranhão

Duas mulheres foram assassinadas, ontem (14), nas cidades de São João do Caru e Imperatriz, no interior do Maranhão. Uma delas, de apenas 17 anos, foi morta pelo namorado, um adolescente de 15.

Em Imperatriz, Tatyana Santana Gomes, de 36 anos, foi morta com disparos de arma de fogo na Rua da Alegria, no povoado Lagoa Verde. Na ocasião, Clebson Alves Leão também foi alvejado e, em seguida, encaminhado ao Socorro Municipal de Imperatriz.

O suspeito pelo homicídio e a tentativa de homicídio seria um desafeto do marido de Tatyana, identificado apenas como Antonio. Para se vingar do companheiro, com quem ele brigava pelo controle do tráfico na região, o suspeito acabou tirando a vida dela. O marido da vítima está preso. Tatyana, segundo a



Tatyana Santana foi morta a tiros, em Imperatriz; Antônia Andrezza foi vítima de golpe de faca, em São João do Caru

polícia, também era traficante. **SÃO JOÃO DO CARU**
Já em São João do Caru, a vítima foi a jovem Antônia Andrezza de Araújo

Romão, de 17 anos, que foi candidata ao concurso de Miss Caru. Ela estava desaparecida desde a noite de terça-feira (13), após sair da escola na qual estudava.

De acordo com informações do comandante do 7º BPM de Pinheiro, tenente-coronel Cutrim, o corpo de Andrezza foi encontrado no povoado Bom Jardim, a cerca de 6 km da sede da cidade. A vítima tinha uma perfuração no pescoço, escoriações no braço e teve o rosto coberto por fita adesiva. Ao lado dela, foram encontradas uma pulseira de cor preta e duas luvas cirúrgicas. O namorado de Andrezza, um adolescente de 15 anos, foi apreendido por policiais militares na tarde de ontem e confessou o crime. Conforme informou o tenente-coronel Cutrim, ele a buscou na escola na terça-feira (13), à noite, e depois ela não foi mais vista. As investigações do caso ficarão sob responsabilidade da Delegacia de Bom Jardim. **(AIDÉ ROCHA, ESPECIAL PARA O JP)**

Polícia Militar prende dupla suspeita por tráfico na Vila Palmeira

Zacheu Alves Bezerra Neto, de 20 anos; e Matheus Santos da Silva, 19, foram presos em flagrante por tráfico de drogas, ontem (14), no bairro da Vila Palmeira, em São Luís.

Policiais do 9º BPM receberam uma denúncia anônima de que dois homens estariam traficando na 2ª Travessa Ribeirão, na Vila Palmeira. Quando chegaram ao local, foi confirmada a informação após abordagem dos mesmos. Com eles, a polícia encontrou dez buchas de substância semelhante a maconha, R\$ 385 em espécie e um celular. A dupla foi autuada por tráfico de drogas e encaminhado ao Centro de Triagem de Pedrinhas. Conforme a PM, Matheus Santos já possuía



Dupla capturada com drogas na Vila Palmeira, após denúncia anônima

passagem na polícia por porte ilegal de arma de fogo e também por tráfico de drogas. **(AR)**

Foragido do Sistema Prisional é recapturado em São Luís

A Polícia Civil prendeu Nielson Jhonathan Penha Câmara, ontem (14), em uma casa na Avenida Ferreira Goulart, região da Ilhinha, em São Luís. Ele estava com um mandado de prisão preventiva expedido pela 9ª Vara, por tráfico de drogas e assaltos. Com ele, a polícia encontrou um revólver calibre 38. O preso foi encaminhado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde cumprirá sua pena. **(AR)**





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	15 / 08 / 2019	PÁG.	12		

Caso Laura Marão

Acusado de provocar morte da menina em acidente é condenado a 11 anos de prisão

Júri popular aconteceu durante todo o dia de ontem, no Fórum Desembargador Sarney Costa



GILSON FERREIRA E DIVULGAÇÃO

Durante, praticamente, todo o julgamento Carlos Diego ficou de cabeça baixa; sendo, ao final, condenado a mais de 11 anos de prisão pela morte de Laura Marão

AIDÉ ROCHA
ESPECIAL PARA O JP

Após julgamento nessa quarta-feira (14), o auxiliar administrativo Carlos Diego Araújo Almeida, de 25 anos, foi condenado a 11 anos e um mês de reclusão pelos crimes de homicídio doloso e lesão corporal grave. Ele era acusado de ter provocado o acidente que matou a menina Laura Burnett Marão, de 8 anos, na madrugada do dia 26 de abril de 2015, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, em São Luís. O júri popular foi presidido pelo juiz Flávio Roberto Ribeiro Soares. Conforme a denúncia do Ministério Público do Maranhão (MPMA), Carlos Diego Araújo dirigia em alta velocidade uma caminhonete, no sentido elevado da Cohama-Cohab, após ter ingerido bebida alcoólica, quando bateu contra três veículos que se encontravam parados no sinal vermelho. Laura estava em um dos carros e ficou gravemente ferida, vindo a falecer quatro dias depois em um hospital da capital. O irmão gêmeo da vítima, Felipe

Burnett Marão, sofreu lesões corporais.

O auxiliar administrativo responde pelos crimes de homicídio qualificado mediante recurso que impossibilitou a defesa das vítimas e tentativa de homicídio. Na época do acidente, ele foi detido, mas liberado após pagamento de fiança. A equipe do Jornal Pequeno esteve no Fórum Desembargador Sarney Costa, localizado no bairro do Callhau, e acompanhou parte do julgamento. Na ocasião, foram ouvidas cinco testemunhas de acusação e o acusado.

O advogado de acusação, Melhem Saad, explicou que o acusado alega que não estava embriagado e que não ultrapassava o limite de velocidade estabelecido na via.

"Ele não nega que se envolveu no acidente, mas tenta tirar a questão do dolo no crime. Diz que bebeu apenas duas garrafas de cerveja, que não estava acima de 60 quilômetros e que tentou tirar o carro para não bater", disse Saad.

Os parentes da menina

acompanharam o julgamento. Luís Sérgio Marão, tio das vítimas, frisou que o momento é importante para que sirva de exemplo para outros cidadãos pensarem duas vezes ao pegar o volante e dirigir. "Por mais que ele seja condenado, a 'Laurinha' não vai voltar. A gente está na esperança que a justiça seja feita, mas também que outras famílias não passem pelo que nós estamos passando" frisou.

CONDENADO A 11 ANOS

O julgamento terminou por volta das 20h, sendo Carlos Diego Araújo Almeida condenado a 11 anos e um mês de reclusão por homicídio doloso de Laura Burnett Marão (8 anos) e por lesão corporal grave de Felipe Burnett Marão. O réu deve cumprir imediatamente a pena, em regime fechado, sendo negado o direito de recorrer em liberdade. Do Fórum Sarney Costa, Carlos Diego saiu direto para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A sessão de julgamento foi presidida pelo juiz Flávio Roberto Ribeiro Soares que responde pela

4ª Vara do Tribunal do Júri, atuou na acusação o promotor de Justiça Samaroni Maia, assistido pelos advogados Rafael Sautua e Melhem Saad. Na defesa do réu, autou o advogado José dos Santos Sobrinho.

RELEMBRE O CASO

Na madrugada do dia 26 de abril de 2015, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, na região do Bequimão, em São Luís, um acidente envolvendo três veículos vitimou a menina Laura Marão, de 8 anos, e feriu o irmão dela, Felipe Burnett. No momento do acidente, eles estavam com o pai José Ribamar Marão Neto e outro irmão deles de quatro anos a caminho do aeroporto.

Carlos Diego Araújo Almeida, que bateu nos veículos, foi conduzido à Delegacia por apresentar sinais de embriaguez. Ele se recusou a fazer o teste do bafômetro, mas confessou a ingestão de bebida alcoólica e foi autuado em flagrante por conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Polícia

DATA

15 / 08 / 2019

PÁG.

10

34 não retornaram às unidades prisionais na saída do Dia dos Pais

Segundo a Seap, 622 detentos deixaram o Complexo de Pedrinhas no último dia 7, com determinação para retornarem terça-feira; 94 foragidos em três saídas

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

Novena e quarto internos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que foram beneficiados com as saídas temporárias da Páscoa e Dia das Mães e dos Pais deste ano, não retornaram para as unidades prisionais no prazo estabelecido pelo Poder Judiciário. Eles são considerados foragidos. Na saída temporária do Dia dos Pais, de acordo com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), 622 deixaram o presídio no último dia 7. Destes, 34 não voltaram até as 18h de terça-feira, 13.

A portaria assinada pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Márcio Castro Brandão, determina que os apenados, que não voltassem ao presídio, terão regressão do regime e com ordem de prisão expedida. As Polícias Civil, Militar, Rodoviária e Federal serão informadas.

Na saída temporária do Dia das Mães, segundo a Seap, 603 custodiados deixaram a unidade prisional no dia 8 de maio e 29 não retornaram até as 18h do dia 14 de maio. Quatro apenados, beneficiados nessa saída, de acordo com a polícia, foram presos. Um deles foi Erisson Lo-



Complexo de Pedrinhas, que ontem recebeu 588 dos 622 detentos que saíram para o Dia dos Pais

pes da Silva, de 24 anos, que foi detido por praticar assalto com uso de arma de fogo, na área do Anil.

O outro apenado preso foi Henrique Bezerra, de 22 anos, que foi abordado, na noite do dia 10 de maio, por uma guarnição da Polícia Militar na estrada do Sítio Grande, em Paço do Lumiar. Ele conduzia uma motocicleta Bros vermelha, de placa PTG-5498, portando um revólver calibre 32, com três munições.

Os outros dois, Carlos Eduardo Sil-

va Santos e Gilmar dos Santos Silva, já haviam se apresentado, mas acabaram autuados dentro do presídio, quando recebiam celulares que eram jogados por cima do muro por Josiane Santos Viegas. Foram apreendidos quatro celulares e dois carregadores. A mulher também foi presa.

Mais saída

Na saída temporária de Páscoa deste ano, a Seap informou, por meio de nota, que 659 internos do Complexo

Penitenciário de Pedrinhas deixaram de fato o presídio no 17 de abril. Destes, 31 não retornaram à unidade prisional no prazo estabelecido pelo Poder Judiciário, no dia 23.

Um dos beneficiados nessa saída temporária, Adriano Lima de Jesus Santos, o *Esquilão*, de 25 anos, foi preso no dia 19, na Vila Bom Viver, por descumprir a Lei de Execuções Penais (LEP). Ele estava em um bar, segundo a polícia, ingerindo bebida alcoólica. ●

Clima ficou tenso na unidade da Funac no bairro do Vinhais

Polícia conteve motim na madrugada de ontem e evitou fuga de adolescentes que se revoltaram

Mais uma unidade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac) do Maranhão em São Luís registrou clima de tensão. Na madrugada de ontem, ocorreu uma tentativa de motim no Centro Socioeducativo de Internação Provisória Canaã, no bairro do Vinhais, mas, segundo a polícia, não houve feridos e nenhum interno conseguiu fugir.

Os adolescentes revoltados iniciaram um tumulto na mesma unidade e os policiais do 3º Batalhão e do Batalhão do Choque foram acionados pelos monitores. Com a chegada dos militares, os ânimos foram contidos.

Foi feita a revista na unidade, que não encontrou nenhuma arma de fogo. Os policiais, ainda na madrugada, fizeram a contagem dos internos e ficou constatado que não houve registro de fuga, e também não ocorreu nenhum dano material nesse local.

A Funac, por meio de nota, confirmou o princípio de rebelião. A nota informou que houve batimento de grade pelos adolescentes, e a Polícia Militar foi acionada para apoiar nos procedimentos de segurança da unidade. A nota afirmou, também, que as atividades sociopedagógicas no centro ocorreram sem alterações ontem, 14.

Violência sexual

Nessa unidade, no dia 6 de maio deste ano, ocorreu o registro de violência sexual. Segundo a polícia, os internos, José Leandro Louzeiro dos Santos, o *Tanaruga*, e Davi Vinícius Matos, o *Barreiro*, ambos de 18 anos, em companhia de um menor infrator, de 17 anos, teriam estuprado dois adolescentes.

O caso foi registrado no plantão central da Polícia Civil das Cajazeiras por um dos monitores da unidade do Vinhais. Ele informou para a polícia, que foi informado do fato por meio de uma das vítimas. Um dos acusa-

dos foi Davi Vinícius, suspeito do assalto e da morte do delegado da Polícia Federal Davi Farias de Aragão.

Davi Vinícius, Davi Costa Martins e Wanderson de Moraes Baldez invadiram a residência da vítima, na Praia do Meio, em São José de Ribamar, no dia 5 de maio do ano passado, no momento em que ocorria o aniversário da filha do policial federal. Dois criminosos entraram pelos fundos da casa, enquanto o outro bandido foi pela lateral. Eles usaram uma faca e dois simulacros de arma de fogo.

O delegado ao travar luta corporal com um dos assaltantes acabou esfaqueado, além de ter sido mordido e atingido com um tiro na região do tórax com sua própria arma. Após o crime, os bandidos fugiram levando a pistola 9 mm do delegado e alguns pertences do imóvel e das pessoas que estavam na festa. Wanderson de Moraes foi o primeiro a ser preso quando era atendido na Unidade de Pronto Atendimento da Vila Luizão. Ele confessou a autoria do crime e entregou os outros dois companheiros. ●

Integra em oestadoma.com/471082

Duas mulheres mortas na interior do estado

Crimes ocorreram nas cidades de Imperatriz e São João do Caru; o primeiro caso estaria relacionado com o tráfico; no segundo, um menor foi apreendido

Na manhã de ontem, 11, no povoado Lagoa Verde, zona rural de Imperatriz, Tatiane Santana Gomes, de 26 anos, foi morta por um homem que pretendia matar seu companheiro, identificado como Antônio. A mulher morreu no local, enquanto o acusado fugiu.

O corpo da vítima foi removido para o Instituto Médico Legal (IML) de Imperatriz para autópsia e logo

depois liberado para os familiares. A Delegacia de Homicídio e Proteção a Pessoas (DHPP) está investigando o caso, mas até o início da noite não havia registro de prisão do acusado.

O outro caso ocorreu em São João do Caru. A vítima foi a candidata a Miss dessa cidade, Andreza Araújo Romão, de 17 anos, encontrada morta, ontem, na zona rural desse município.

Segundo a polícia, ela teria saído para ir à escola na última terça-feira, e desapareceu. A boca da vítima tinha uma fita e havia perfurações no rosto e no pescoço. O caso está sendo investigado pela Polícia Civil. Ainda ontem, foi apreendido um adolescente, acusado de participação no crime, que, de acordo com a polícia, teria envolvimento de outras pessoas. ●



Tatiane Santana Gomes, que foi assassinada em Imperatriz

José Ribamar Ferreira, de 49 anos, está desaparecido desde a quinta-feira. Ele é portador de doença mental e qualquer informação pode ser feita aos familiares na Segunda Travessa Raimundo Corrêa, nº 8, bairro do Monte Castelo.



Divulgação

Presos envolvidos em fraude de concurso da Polícia Militar do PI

oestadoma.com/471093

Acusado pela morte da mulher vai a júri hoje

oestadoma.com/471084